



**ST16. INTERFACES ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

1101

POR UMA ESTAGNAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DAS MASSAS¹

Alex Pereira da Silva²

Resumo: O artigo em questão é formulado sob uma análise acerca do processo de instalação e de consolidação do projeto governamental direcionado por militares no Brasil, conhecido como Ditadura Civil Militar, principalmente, no que se refere ao início da década de 1970, com a Reforma Educacional da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Através de uma revisão bibliográfica e seguindo principalmente a teoria marxista do italiano Antonio Gramsci por meio de bases específicas de sua contribuição teórica, com relação ao surgimento e a função dos intelectuais orgânicos; até a perspectiva conceitual vinculada a hegemonia. Determina-se, assim, o quão foi preponderantemente importante para o “enraizamento” das perspectivas constituídas e determinadas pelas classes dominantes às classes subalternas sob a construção de uma “malha ideológica”, sendo, que essa análise perpassa através de um viés concebido como a concepção enunciativa de uma prática estratégica que se constituiu como uma das bases de fixação do regime militar.

Palavras-chave: Dominação; Estagnação; Malha Ideológica; Reforma Educacional.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca desenvolver uma reflexão acerca do período denominado na historiografia brasileira de ditadura civil militar, concebido entre os anos de 1964 até 1985, tendo como objeto específico de análise: a reforma educacional vinculada ao ensino das ciências humanas, que corroborou na notória consolidação do governo militar com relação à aceitação das camadas populares, assim como, a criação de uma “malha ideológica” em detrimento de não ocorrerem levantes populares.

Para melhor compreensão da consolidação do governo militar, deve-se, analisar em conjunto as concepções do corpo social em seu ideal hegemônico, porém, não em sua totalidade. A ditadura no contexto brasileiro também foi “civil”, todavia, este conceito que comporta a “massa” popular em sua maioria determina a problemática

¹ Pesquisa desenvolvida durante a disciplina de Prática Pedagógica I em 2014.1, sob a orientação da professora Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira.

² Graduando em História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: aleks1928@hotmail.com.

fundamental deste trabalho, que desemboca no questionamento: como se instaurou e se manteve, por longas duas décadas o regime militar no Brasil?

Para a análise desta propositura, deve-se atentar para dois aspectos: o papel da escola, neste contexto, em detrimento de sua funcionalidade social, como “corpo educativo” e disciplinador deste período, assim como, a criação de uma “malha ideológica” em busca de ocultar os mecanismos governamentais vigentes neste contexto. A abordagem em questão vai se basear em uma revisão bibliográfica de artigos e textos recentemente publicados, assim, como de obras renomadas, se utilizando para esta breve análise da teoria marxista, vinculada principalmente a Antonio Gramsci³.

A REFORMA EDUCACIONAL

A reforma na educação ocorrida no final da década de 1960 e início da década de 1970, dentre os “anos de chumbo”, compreende a reformulação do arcabouço educacional determinando a instauração da escola de ensino fundamental, com duração estabelecida por 8 anos (da 1^a a 8^a series), assim como a reformulação do direcionamento voltado para o ensino do 2º grau, que passa a assumir uma propositura majoritariamente tecnicista em busca de “docilizar” os corpos discentes para o mercado de trabalho, direcionamento este constituído na Lei 5.692/71⁴, que fixou a LDB (Lei das Diretrizes e Bases) do Ensino de 1º e 2º graus .

O direcionamento funcionalista empregado ao corpo educacional pode ser visto como um dos fatores preponderantes para a manutenção do regime militar, principalmente, quando se passa a analisar em conjunto, os componentes curriculares que são designados para a formação dos “sujeitos” deste contexto, ganhando destaque, nesta concepção de análise, a reformulação do ensino das ciências humanas.

Pode-se determinar como um “marco” na reforma de ensino, no contexto militar, a emergência de componentes curriculares como o EMC (ensino moral e cívico) contido no decreto 869/69, sendo que esta ordem estabeleceu a disciplina obrigatória, onde, sua funcionalidade correspondia à vinculação de interiorizar valores primordiais para a formação de um “cidadão”, aos moldes que o regime necessitaria para se consolidar por um longo período.

Este cidadão, produzido pelo corpo institucional educativo do regime militar, estava guiado por nuances valorativas ditadas pela ordem, a obediência, a fé, a passividade, reproduzindo um discurso de “liberdade”, sendo que esta seria conduzida pela responsabilidade; e como a escola possuía um ideal de formar um “cidadão” também buscou interiorizar o senso patriótico. Em síntese, o EMC buscava o “aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática” (BRASIL, 1970, p. 9), sendo que o “ser cidadão” no regime

³ Pensador italiano que reformulou a teoria marxista, de forma notória, empregando uma nova leva de conceitos em meio a sua concepção teórica; era vinculado ao PCI (Partido Comunista Italiano), foi preso pela polícia fascista italiana e passou os últimos 11 anos de sua vida (1926 – 1937) detido onde escreveu seus famosos “cadernos do cárcere”.

⁴ BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

implicava em demasiadas cargas de deveres e ínfimas concepções vinculadas aos direitos.

Outro “campo de saber” possuidor de pleno destaque, no contexto do governo militar, foi o componente curricular denominado de “estudos sociais” que vem a englobar múltiplas áreas do saber, de forma que estas se intercalam em sua funcionalidade, pois, os estudos sociais abarcam grande parte da história, aos moldes factuais da escola metódica⁵, em detrimento de valorizar datas e grandes “figuras” da temporalidade brasileira, em busca de se constituir uma identidade nacional. Porém, o componente denominado de estudos sociais não engloba somente a história, mas também, à associação desta com o saber geográfico físico e político. A funcionalidade deste componente curricular direcionava-se para a formação de uma cidadania conhecedora de seus ideais de responsabilidade, levando-se em consideração seu âmbito social, assim, como a “nação que o representa”; e a valorização patrimonial de seus “monumentos” históricos.

A escola, como instituição, a partir da destituição das ciências humanas (como o ensino de história, geografia, dentre outras, que se dissolveram no “caldeirão de saberes” denominado de estudos sociais), passou a assumir o papel de reprodutora das “relações de produção” (ALTHUSSER, 2007, p.8), sendo, que este conjunto “transcende” as relações de trabalho e adentra de forma corporificada dentre o âmbito social em suas múltiplas constâncias, desde os campos sociais até as vinculações políticas das camadas populares, que são formadas por esta escola. Na verdade, a educação e os seus valores “são muito instrutivos, já que não só revelam os tipos de pessoas que são criadas no contexto, como também os próprios valores da cultura vigente” (THOMAS apud FONSECA, 2003, p.53).

O vínculo, que se baseia na destituição de uma nova historiografia, em detrimento da permanência da história *événementielle* constituída no século XIX, concebida a partir de uma concepção valorativa acerca dos grandes indivíduos, em detrimento de rupturas bruscas, vem a constituir o que na concepção do italiano Antonio Gramsci denominaria de uma estagnação cultural e social das massas, levando-se em consideração o conceito de “senso comum” determinado como “a filosofia dos não filósofos, isto é a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos diferentes meios sociais e culturais em que se desenvolve a individualidade do homem médio” (GRAMSCI, 1981, p. 143).

Através da abdicação da nova história⁶, pode-se perceber de forma notória um meio estrategicamente determinado pelas classes dominantes, de um uso preconcebido dos fatores exponenciais da escola em seu teor de funcionalidade junto à corporação

⁵ Obteve seu ápice no século XIX: valorizava os fatos em detrimento de avaliar os recortes entre períodos históricos, através de rupturas bruscas. Além de ser uma corrente epistemológica, do campo da história, demasiadamente política em detrimento de valorizar os “grandes homens” almejando uma valorização das nacionalidades como coloca seu percussor: o prussiano Leopold Von Ranke.

⁶ consolidada pela revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch no ano de 1929, que possuía o intuito de constituir uma história diferenciada, tida como “história problema”, que pode ser conceituada como uma história que indaga o passado a partir de interrogações do presente, assim, ganhando arcabouço de concepções críticas, acerca dos “fatos dados”, em detrimento de induzir a reflexão.

política educacional do contexto. Assim, instituição escola estava também muito interligada à economia brasileira, que apontava o aparelho governamental caracterizado pelo aumento da intervenção em prol do crescimento das forças produtivas no país, esta “sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que o combinou crescimento econômico com uma brutal concentração de renda” (ASSIS, 2012, p. 323 – 324), ou seja, o modelo tecnicista de formação dos indivíduos pode ser analisado dentre múltiplas facetas, nestas, ganham destaque: também o vínculo entre Brasil e EUA, que vem a demonstrar de forma notória como o governo militar se portou com o contexto externo, que se encontrava e estava em “nítida” ebulição, assim como as veiculações de mecanismos repressivos que passaram a inibir supostos antípodas contestadores, que emergiriam do âmago das camadas constituídas hegemonicamente pelo senso comum.

A “MALHA IDEOLÓGICA” OU UM IDEAL DE CAMUFLAGEM

Na concepção denominada de malha ideológica ficam em evidência as circunstâncias constituídas pelas camadas dominantes para a manutenção da sua hegemonia, ganhando destaque os direcionamentos reformistas, inclusive no âmbito educacional, já enfatizado, por suas notáveis funcionalidades, dentro do contexto social que estão inseridos; assim como os mecanismos de repressão fortemente utilizados e reproduzidos em meio ao contexto sociocultural que esta sendo abordado, propiciando, assim, a reprodução de um discurso já interiorizado pelo corpo social permeado pelo senso comum, sobre uma lógica constituída pelas classes dominantes; além desta concepção também ganha ênfase, o uso do futebol e sua forma contagiante em meio ao âmbito social.

Os mecanismos repressivos do contexto da ditadura civil militar atentavam contra “inimigos globais”, principalmente, se levarmos em conta a propositura mais influenciadora no contexto de guerra fria ao Brasil, pois, isto também se devia ao temor do comunismo que foi precursor de múltiplas revoltas e revoluções no contexto político mundial, tendo alguns exemplos próximos, como no caso da Revolução Cubana do ano de 1959, liderada por Fidel Castro; no contexto brasileiro, uma repressão com mais ênfase foi realizada em torno dos adeptos do governo populista de Getúlio Vargas, que caminharam a “passos largos” em direção ao comunismo.

A problemática vigente em torno dos dispositivos⁷ de repressão, partindo do pressuposto gramsciano ganha um destaque maiúsculo, principalmente com o AI-5 promulgado no governo de Costa e Silva, pois, essa repressão inibe a emergência, ou então, a funcionalidade do “intelectual orgânico”, que pode ser conceituado como indivíduo integrante do núcleo de bom senso e sua funcionalidade é primordial para uma elevação das massas, pois ele

[...] tem por função homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente, de fazer

⁷ Termo desenvolvido por Michel Foucault e trabalhado por ele mesmo em sua fase genealógica: concebido através do abarcamento de práticas discursivas e não discursivas.

corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa situação historicamente determinada ou, negativamente, a de tornar autônoma, expulsando desta concepção tudo que lhe é estranho. O intelectual não é, pois o reflexo da classe social: ele desempenha um papel positivo para tornar mais homogênea a concepção naturalmente heteróclita desta classe (PIOTTE apud MOCHCOVICH, 1992, p.18).

Na verdade, os mecanismos de repressão foram de fundamental importância para a manutenção do regime militar, na verdade “o AI-5 foi um golpe dentro do golpe, um golpe de misericórdia na caricatura de democracia” (GABEIRA, 1984, p. 119).

Apoiado na lógica repressiva que inibe uma lógica massificada de mobilidade crítica, dos posicionamentos do corpo social emergindo como fator atenuante se encontra o uso do futebol, que no contexto enfaticamente se leva em consideração a copa de 1970, onde, a seleção brasileira conseguiu um título que transcendeu as quatro linhas, chegando até ser simbiótico com as práticas governamentais, de maneira que: a mídia reproduziu demasiadamente a vitória não da seleção brasileira somente, mas também de todo o corpo social. Estas práticas de uso, do futebol, tornam-se mais enfáticas, por exemplo, na análise da “marchinha” tema da conquista:

Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, no meu coração/ Todos juntos, vamos pra frente Brasil/ Salve a seleção!!!/ De repente é aquela corrente pra frente,/ parece que todo o Brasil deu a mão!/ Todos ligados na mesma emoção,/ tudo é um só coração!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!/ Salve a seleção! (GUTERMAN apud MAGALHÃES, 2012, p. 238).

Logo, a “inocente” marcha guiando o Brasil “junto em um só coração” possui um fim bem peculiar, baseado na intenção de mascarar as contradições embutidas no âmago do governo militar, onde, notadamente esta letra pressupõe a criação de uma homogeneidade por “um bem maior”, a conquista da copa. Sendo, que esta canção transcendeu as “quatro linhas” do campo, desde o momento da recepção no palácio do planalto pelo presidente Médici, que foi fotografado segurando a taça, onde, por sua vez foi divulgado em múltiplos veículos de informação.

O simbolismo da seleção era um termômetro entre o governo e as camadas populares, na verdade, se percebe na conjuntura governamental dos militares um uso bem direcionado que

[...] na lógica oficialista, o êxito na Copa do mundo ultrapassava o limite esportivo, e por meio da propaganda política os próprios líderes do regime ficavam associados a esta conquista. O discurso futebolístico associado à nação foi então fundamental na retórica presidencial, que tinha como objetivo principal associar a vitória na competição com seu governo e modelo de sociedade. Os discursos de Médici reproduziam a ideia da vitória deste modelo imposto pelo regime, mas através de um elemento comum que permitia o diálogo com a sociedade. Procurou-se sempre glorificar na seleção de futebol qualidades coletivas que eram vistas como positivas pelos militares:

organização, coragem, unidade, patriotismo. Os jogadores eram a personificação do “cidadão ideal”, que lutava pela pátria e mostrava suas virtudes para o mundo, assim como os torcedores, que cumpriram da mesma forma seu papel (MAGALHÃES, 2012, p.238).

Assim, através desta pressuposição, pode-se determinar, que a conquista da copa de 1970 foi de fundamental importância para manter as camadas populares imbuídas numa concepção de vínculo ao senso comum ou persuadidas por uma ideologia determinada aos moldes trabalhados por Marx, onde ela

Impede que o proletariado tenha consciência da própria submissão, porque está camufla a luta de classes ao representar de forma ilusória, a sociedade, mostrando-a como una e harmônica. Além disso, segundo Marx, a ideologia esconde o que o estado, longe de representar o bem comum, é a expressão dos interesses das classes dominantes (CARVALHO e SILVA, 2006, p.43).

Partindo da análise vinculada a o conchavo, constituído entre os usos da política exercida pelas classes dominantes, constituídas por reformas na educação voltadas para fins específicos, assim como, mecanismos de repressão e o simbolismo construído sobre a conquista no futebol na copa do México; pode-se perceber a fundamental importância dos usos de mecanismos de “valorização” do país para a manutenção do regime ditatorial, passando esse, a ser também civil e não apenas militar.

A ditadura também foi civil, pois, houve uma interiorização dos pressupostos das classes governamentais por parte das classes dominadas, sendo que, essa assimilação de padronizações a partir de ideais baseados em concepções acríticas, expostas hegemonicamente pelo corpo social, que também determinou a reprodução dos discursos das classes dominantes, de maneira que a mentalidade do período ditatorial se mantém por longos recortes cronológicos, principalmente, dos que vivenciaram os “anos de chumbo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, dentre os aspectos apresentados até o presente momento, a reforma educacional e o aparato discursivo, que permeou o âmbito externo ao espaço escolar são indispensáveis para a análise do contexto denominado de ditadura civil militar. Em detrimento do paradigma, vinculado à funcionalidade do aparelho escolar, pode-se dizer que em um meio social a escola age como fator condicionante e também condicionado, através de aspectos diversos, das relações concebidas em meio ao ambiente que ela se instala.

Para melhor compreender a permanência do regime militar, por longas duas décadas, devem ser analisadas em conjunto: o arcabouço de condições de possibilidades constituídas pelo aparelho governamental, assim como determinar a lógica de poder condicionada a partir do contexto. Sendo esta lógica percebida como uma busca pela estagnação crítica das massas, neste sentido, o pressuposto essencial para a análise da

manutenção da ditadura civil militar, por um longo período, é colocá-la com ênfase no termo civil.

Deste modo, a malha ideológica do aparelho governamental possibilitou a produção de cidadãos reprodutores de discursos das classes dominantes, de maneira que, pode-se, dizer, que o regime militar criou um conjunto de condições que impossibilitaram a emergência frutífera de uma contra hegemonia contestadora dos funcionamentos exercidos pelo aparato governamental, desta maneira a constituição e a instalação do governo vigente daquele contexto, perdura por muitas vezes, até os dias atuais, dentre os discursos dos indivíduos que vivenciaram o contexto e foram atingidos pelas concepções notoriamente traumáticas, desses anos que nunca devem ser esquecidos da história brasileira.

Considerando-se, finalmente, a especificidade do período do regime militar brasileiro, pode-se dizer que existem múltiplas “zonas cinzentas” a serem abordadas e refletidas e que possuem múltiplos aspectos a serem interpretados. E este pequeno artigo teve a pretensão de empregar uma pequena contribuição, dentre um assunto que nos conduz a inúmeras possibilidades de análises.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed., São Paulo: graal, 2007.

ASSIS, Renata Machado de. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos**. IN: Educação em Perspectiva. Revista: Viçosa. v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. CNMC. **Amplitude e desenvolvimento dos programas de educação moral e cívica em todos os níveis de ensino: (Artigo 4º do Decreto-lei nº. 869/69 e § 2º do art. 35 da Lei 4024/61)**. Brasília, 1970.

CARVALHO, Alonso Bezerra de; e SILVA, Wilton Carlos Lima da. **Sociologia e educação: leituras e interpretações**. São Paulo, Avercamp, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 288.

GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução e nota introdutória de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Ditadura e futebol: O Brasil e a Copa do Mundo de 1970*. IN:___ **Dossiers: la dictadura em Brasil, nuevos abordajes**. Revista: *PolHis*. Nº 9 – jun. 2012 - Ano V. Disponível em <http://historiapolitica.com/datos/boletin/Polhis9_MAGALHAES.pdf>, Acesso em: 5 de jul. de 2014.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 3. ed., São Paulo: Editora Ática, 1992.